

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO REGIME GERAL

“AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICIDADE NAS ILUMINAÇÕES
DECORATIVAS DE NATAL 2018”

PROCESSO N.º 1281/2018

ÍNDICE

PARTE I	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1.ª - Objeto	3
Cláusula 2.ª - Contrato	3
Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato	4
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
Secção I - Obrigações do Prestador de serviços	4
Subsecção I - Disposições Gerais	4
Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços.....	4
Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços	4
Subsecção II - Dever de sigilo	5
Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo	5
Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo	5
Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines	5
Cláusula 8.ª - Preço contractual.....	6
Cláusula 9.ª - Preço base.....	6
Cláusula 10.ª - Condições de pagamento.....	6
Cláusula 11.ª - Revisão de preços	7
Cláusula 12.ª – Adiantamentos.....	7
CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	7
Cláusula 13.ª - Força maior	7
Cláusula 14.ª - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines.....	8
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	9
Cláusula 15.ª – Caução.....	9
Cláusula 16.ª - Foro competente	9
CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS	9
Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual.....	9
Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações	9
Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos.....	10
Cláusula 20.ª – Legislação aplicável	10
PARTE II	10
Cláusula 21.ª – Especificações Técnicas	10
Cláusula 22ª - Atributos da Proposta	10

PARTE I

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal **a aquisição de prestação de serviços de eletricidade nas iluminações decorativas de natal**, nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato

O contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessão do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do Prestador de serviços

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de efetuar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
2. O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços

O Prestador de serviços obriga-se a executar os serviços objeto deste caderno de encargos **durante o período de 10 (dez) dias úteis**, com todos os elementos referidos nas especificações

técnicas previstas na parte II do presente caderno de encargos, e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines

Cláusula 8.ª - Preço contractual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do prestador de serviços.

Cláusula 9.ª - Preço base

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de **€ 7.200,00 (sete mil e duzentos euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

O preço base inclui todos os serviços a prestar no âmbito deste procedimento.

Cláusula 10.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 8.ª, serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do serviço, sendo as faturas emitidas de acordo com os serviços prestados.
3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao prestador de serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

Cláusula 11.ª - Revisão de preços

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 12.ª – Adiantamentos

No âmbito da presente prestação de serviços não há lugar a adiantamentos.

CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 13.ª - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.^a - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, mediante acordo prévio escrito entre as partes e com uma antecedência de 60 (sessenta) dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de serviços.

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 15.ª – Caução

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

Cláusula 16.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17.ª – Subcontratação e cessão da posição contractual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª – Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação. As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

PARTE II

Cláusula 21.ª – Especificações Técnicas

O presente caderno de encargos tem como objeto **a aquisição de prestação de serviços de eletricidade nas iluminações decorativas de natal**, conforme Especificações Técnicas - Anexo I o qual é parte integrante do presente caderno de encargos.

Cláusula 22ª - Atributos da Proposta

Nos termos do disposto no art.º 74.º n.º 1 alínea b) do CCP, o concorrente deverá apresentar a sua proposta instruída com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.

CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I

“AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICIDADE NAS ILUMINAÇÕES
DECORATIVAS DE NATAL 2018”

PROCESSO N.º 1281/2018

Especificações Técnicas

1. CONDIÇÕES TÉCNICAS GERAIS

Art.º 1º- O prestador de serviços obriga-se a executar todos os trabalhos com perfeição e eficiência, de harmonia com as Normas de Segurança e todas as disposições legais e regulamentares em vigor, com o presente Caderno de Encargos, com os traçados e esquemas que lhes forem fornecidos pelo adjudicatário, e cumprindo todas as instruções que, para esse fim, lhe sejam dadas pelos serviços técnicos da Autarquia.

& 1º- Os serviços técnicos da Autarquia reserva-se o direito de examinar todos os materiais e equipamentos antes de instalados, e mandá-los ensaiar para comprovação da sua qualidade.

& 2º- Os trabalhos a realizar serão executados conforme indicação dos serviços técnicos da Autarquia e aplicar-se-ão a **todos os serviços de apoio à instalação das Iluminações Decorativas de Natal 2018**, devendo decorrer nos seguintes períodos:

- **1º Período** = 7 dias úteis após a adjudicação
- **2º Período** = 5 dias uteis de Janeiro de 2019 (datas a designar)

O **horário de prestação dos serviços** será o seguinte:

- Das 08h:00 às 16h00,

& 3º. A prestação dos serviços deve ser realizada por entidade que se enquadre numa das seguintes condições:

- a) Empresa titular de alvará de obras públicas, correspondente à natureza e ao valor dos trabalhos, desde que faça prova de possuir, pelo menos um encarregado geral com formação académica não inferior ao 9.º ano de escolaridade.
- b) Empresário em nome individual ou Estabelecimento individual de responsabilidade limitada que apresente uma estrutura devidamente organizada de molde a ser considera como estabelecimento ou empresa dedicada à atividade em causa.

& 4º- Todos os materiais que não satisfaçam as condições estabelecidas serão rejeitados e considerados como não fornecidos, devendo o prestador de serviços removê-los por sua conta, para fora do local dos trabalhos.

& 5º- A Autarquia poderá pedir ao prestador de serviços informações sobre os materiais e aparelhagem a utilizar, e de julgar acerca da sua procedência, podendo examinar as origens dos fornecimentos e outros detalhes.

& 6º- O prestador de serviços poderá, quando autorizado por escrito pela Autarquia, utilizar materiais e aparelhagem diferentes dos inicialmente previstos, se a eficiência e duração das instalações não forem prejudicadas e não houver alteração do preço da prestação.

& 7º- O prestador de serviços procederá à reposição, em perfeitas condições, de todos os pavimentos e instalações, e à reposição ou substituição - conforme exigido pela Autarquia - de todos os equipamentos que, em consequência dos trabalhos executados nesta prestação de serviços, sejam danificados ou avariados.

& 8º- São igualmente da inteira responsabilidade do prestador de serviços quaisquer prejuízos que possam ocorrer nos materiais ou nas instalações, quando estes resultem da incúria do prestador de serviços ou do pessoal, ou sejam consequência de circunstâncias imprevistas.

1.1. Objeto da Prestação de Serviços

Art.º 2º – É objecto da presente prestação a “**Prestação de Serviços de Eletricidade nas Iluminações Decorativas de Natal 2018**”, incluindo montagens, desmontagens, manutenção, reparação ou substituição de todo o material e equipamento necessário, conforme são descritos neste Caderno de Encargos, **bem como todos os trabalhos de preparação e perfeito acabamento**, de modo a que as instalações sejam entregues prontas a funcionar e nas devidas condições regulamentares e de segurança.

& 9º- A Autarquia reserva-se o direito de retirar da prestação de serviço os trabalhos que julgar desnecessários, fazendo-se a sua dedução pelo preço global constante da declaração que acompanhar a proposta do adjudicatário.

& 10º- Não é motivo de isenção, por parte do adjudicatário, a execução dos trabalhos que, embora não indicados nos elementos que constituem o fornecimento, sejam de reconhecida necessidade.

& 11º- Para sua própria defesa deverá o adjudicatário informar-se antecipadamente junto dos serviços técnicos de electricidade da Autarquia de Sines de todos os trabalhos que vai executar, bem como acompanhá-los aos diversos locais onde decorrem os trabalhos, de forma a esclarecer quaisquer dúvidas que surjam antes do início dos trabalhos, não sendo admitidas quaisquer reclamações por desconhecimento ou falta de elementos referentes a este trabalho.

& 12º- Em qualquer acto omissivo, será rigorosamente respeitada a normalização do Distribuidor Público prevalecendo a decisão da Autarquia.

2. NORMAS E REGULAMENTOS

O presente fornecimento de assistência técnica de electricidade, deve ter em conta as Normas e Regulamentos aplicáveis em vigor, nomeadamente:

- Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação

- Regulamento de Segurança das Redes de Distribuição de Energia Eléctrica de Baixa Tensão (Dec. Lei nº 46487 de 66/06/21 e alterações introduzidas pelo Dec. Regulamentar nº 90/84 de 84/12/26)
- Regras Técnicas das Instalações Eléctricas de Baixa Tensão (portaria 949-A/2006)
- Decreto-Lei 446/76 e Portaria 401/76
- Portaria 454/2001